

Política de emprego ainda está indefinida

Entre a apresentação pelos relatores da 1ª proposta de anteprojeto das três subcomissões que compunham a Comissão da Ordem Social e a votação final com destaques de emendas há uma semana, houve duas mudanças fundamentais: uma na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, retirando a obrigatoriedade do Estado adotar uma política de pleno emprego e outra na Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, com a criação de um artigo, o de nº 6, que assegura o livre exercício da atividade liberal em saúde e a organização de serviços de saúde privados, o que afasta a possibilidade de estatização do setor.

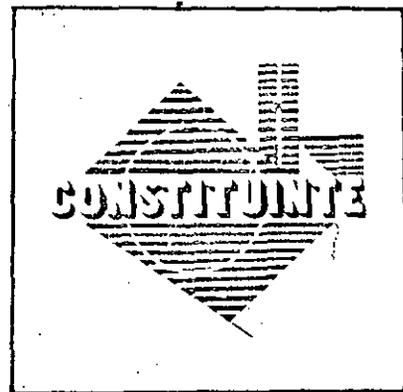
Na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias o anteprojeto original foi praticamente aprovado em sua íntegra, com a maioria das emendas apenas aperfeiçoando-lhe a redação. As duas mudanças importantes foram no capítulo das Populações Indígenas, em seus artigos 14 e 16. No

primeiro caso deu-se ao Congresso Nacional a função de parte legítima para ingressar em juízo na defesa dos índios e no segundo transferiu-se da competência da União para a competência exclusiva do Congresso o poder de legislar sobre as garantias dos direitos indígenas.

Trabalhadores

Entre as medidas advindas de emendas que beneficiam os trabalhadores estão o aumento do repouso da gestante de 120 para 180 dias, a remuneração majorada em 50% para trabalho insalubre ou perigoso; a fixação em um salário mínimo da parte fixa da remuneração variável; a irredutibilidade do salário independentemente de vínculo empregatício ou do regime jurídico do trabalho e a ampliação da anistia ampla, geral e irrestrita — ao invés de 1961, a anistia atinge o período compreendido entre 18 de setembro de 1946 a 1º de fevereiro de 1987.

Não foram registradas grandes mudanças na votação dos destaques de emendas. O parágrafo 11 do art. 2º diminuiu o



salário família de 20% para 10% do valor do salário mínimo e outro parágrafo diminui a obrigatoriedade de repouso de fim de semana de dois para um por mês.

Saúde

No anteprojeto da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, as principais mudanças estão no capítulo da Saúde. Além da criação do Art. 6º, que assegura o exercício da atividade liberal de saúde, foi acrescentado um parágrafo no Art. 4º, proibindo a exploração dos serviços de assistência à saúde por empresas e capitais estrangeiros. No capítulo da seguridade a principal conquista seria a destinação a todo brasileiro acima de 65 anos de idade, independente de ter contribuído para a Previdência de uma pensão vitalícia de um salário mínimo por mês.